

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da

ASSOCIAÇÃO MORUMBI DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ASSOCIAÇÃO MORUMBI DE INTEGRAÇÃO SOCIAL, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ASSOCIAÇÃO MORUMBI DE INTEGRAÇÃO SOCIAL, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

A Associação Morumbi de Integração Social, por meio do processo do Ministério da Justiça, foi qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, publicado no Diário Oficial em 04 de dezembro de 2009. Basicamente OSCIP é constituída para obter a certificação do Poder Público, efetuar Termos de Parceria, e remunerar dirigentes estatutários. Caso a AMIS não efetuar os Termos de Parceria, deverá observar as questões tributárias para as atividades de receitas que não sejam do “Termo de Parceria”, pois algumas fiscalizações entendem que as receitas que não correspondem aos “Termos de Parceria”, são tributadas. A Legislação não é clara sobre esse assunto, havendo interpretações diferentes pelo próprio poder público.

Neste caso, por tratar-se de matéria legal e jurídica, recomendamos obter da consultoria jurídica da AMIS, opinião sobre tributos e contribuições de atividades que não sejam dos Termos de Parceria (aplicáveis a OSCIP), e alternativamente protocolar requerimento junto aos poderes municipal, estadual e federal, para que seja declarada sua imunidade ao recolhimento de Impostos, e isenção de contribuições (COFINS sobre receitas), embasada no fato de exercer atividade de interesse público fomentada pelo próprio Estado.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor, não é requerida a essa entidade, sendo compulsória apenas para as empresas que tem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 – item 5 do Conselho Federal de Contabilidade.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações, sejam elas financeiras ou não financeiras (que não as demonstrações financeiras e o relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras).

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange essas outras informações e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre essas informações. Conforme NBC TA 720 – item A52, para as entidades não listadas, é facultado identificarmos neste relatório as outras informações que esperamos receber e que acompanham as demonstrações financeiras.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Conforme NBC TA 700 – item 40 (b) é compulsório apenas para as entidades listadas, o fornecimento também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicados de todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A descrição em nosso relatório de auditoria, dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria, conforme NBC TA 701 – item 5 é compulsório apenas as entidades listadas. A obrigatoriedade desses assuntos às entidades listadas, não são aplicáveis a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de maio de 2019.

ASSOCIAÇÃO MORUMBI DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 Em Reais – R\$

<u>ATIVO</u>	Nota Explicativa	2018	2017
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa geral	4	360	415
Banco conta movimento – Conta Vinculada	5	-	462.000
Banco conta movimento	5	25.872	7.702
Aplicações financeiras	6	115.197	15.012
Adiantamentos	7	9.036	13.354
Impostos a recuperar		60	60
Outros créditos	8	33.393	20.964
Total do ativo circulante		183.918	519.507
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	9	174.526	88.184
Total do ativo não circulante		174.526	88.184
TOTAL		358.444	607.691

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO MORUMBI DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 Em Reais – R\$

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota Explicativa	2018	2017
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	11.021	10.715
Obrigações tributárias		58	108
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	11	25.578	23.944
Recursos de projetos e convênios a executar	12	-	462.000
Total do circulante		36.657	496.767
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio social		162.508	247.773
Superávit (déficit) acumulado		159.279	(136.849)
Total do patrimônio Líquido		321.787	110.924
TOTAL		358.444	607.691

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO MORUMBI DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 Em Reais – R\$

RECEITAS OPERACIONAIS	Nota Explicativa	2018	2017
Recursos com restrição			
Receitas com projetos culturais		300.000	29.890
Receitas Lei Rouanet		462.000	298.900
Total		762.000	328.790
Recursos sem restrição			
Receitas de contribuições e doações		418.360	346.167
Receitas de projetos sociais	13	341.368	510.741
Receitas com Convênios		55.331	-
Total		815.059	856.908
Outras receitas			
Trabalho voluntário		209.948	112.769
Receitas financeiras		9.265	9.826
Outras receitas (despesas) operacionais		20.790	615
Total		240.003	123.210
Total geral das receitas		1.817.062	1.308.908
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Com programas de assistência social			
Despesas com pessoal		(98.849)	(382.491)
Despesa c/ serviço publico		(31.221)	(26.310)
Despesas gerais		(119.881)	(47.755)
Despesas com depreciações e amortizações		(16.288)	(10.509)
Despesas serviços profissionais		(191.216)	(241.158)
Despesas financeiras		(17.852)	(17.082)
Despesas tributárias		(4.660)	(2.594)
Despesas assistência social		-	(4.668)
Despesas projetos sociais e culturais		(915.177)	(428.076)
Trabalho voluntário		(209.948)	(112.769)
Outras despesas		(1.107)	-
Total dos custos e despesas		(1.606.199)	(1.273.412)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO PERÍODO		210.863	35.496
Ajustes patrimoniais		-	13.450
RESULTADO ABRANGENTE		210.863	48.946

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO MORUMBI DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 Em Reais – R\$

	Patrimônio social	Superávit (déficit) acumulado	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	247.773	(185.795)	61.978
Superávit (déficit) do período	-	35.496	35.496
Ajustes de avaliação patrimonial	-	13.450	13.450
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	247.773	(136.849)	110.924
Superávit (déficit) do período	-	210.863	210.863
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	247.773	74.014	321.787

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO MORUMBI DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 Em Reais – R\$

ATIVIDADES OPERACIONAIS:	2018	2017
Superávit (déficit) do período	<u>210.863</u>	<u>35.496</u>
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:		
Ajustes patrimoniais	-	13.450
Depreciação e amortização	16.288	10.509
Redução (aumento) do ativo		
Adiantamentos	4.318	(7.176)
Outros créditos	(12.429)	41.481
Aumento (redução) do passivo		
Fornecedores	306	(8.385)
Obrigações trabalhistas	1.634	(9.035)
Obrigações tributárias	(50)	69
Outras Obrigações	-	94.212
Recursos de Projetos	(462.000)	-
Geração (utilização) de caixa proveniente das atividades operacionais	<u>(241.070)</u>	<u>170.621</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:		
Aumento de ativos imobilizados e intangíveis	(102.630)	(43.818)
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos	<u>(102.630)</u>	<u>(43.818)</u>
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	<u>(343.700)</u>	<u>126.803</u>
Caixa e equivalentes no Início do Período	485.128	358.325
Caixa e equivalentes no Fim do Período	141.428	485.128
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	<u>(343.700)</u>	<u>126.803</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO MORUMBI DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 Em Reais R\$

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Os objetivos constantes de seu estatuto são: Promoção da Assistência Social; Cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; Promoção da educação, saúde, segurança alimentar e nutricional, voluntariado, desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza; Experimentação, não lucrativa, de novos modelos associado-produtivos; Promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita; Promoção da ética, da paz, da cidadania, etc; Estudos e pesquisas; Apoiar e desenvolver ações para defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida do ser humano; Projetos visando atender crianças carentes e seus familiares; Promover a integração e inclusão social da população infanto-juvenil a sociedade; Criar e manter oficinas terapêuticas, profissionalizantes e ocupacionais; Implementar atividades junto aos familiares das pessoas atendidas; Organizar núcleo de atividades, cuja finalidade será a aprendizagem e o estímulo de habilidades; Promover um processo de socialização; Proporcionar a realização de atividades esportivas, recreativas, culturais; Buscar a reconstrução dos valores familiares; Estabelecer com participação dos jovens critérios; Promover a qualidade de vida dos envolvidos; Orientar e encaminhar o público alvo para ações preventivas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC PME, e especificamente a ITG 2002 (R1), aplicável a Entidades Sem Finalidade de Lucros e demais disposições complementares.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração das receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios.

c) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos, e outras transações. As demonstrações incluem, portanto, estimativas referentes a provisões, créditos a receber e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Disponibilidades – caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Clientes a receber

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada por valor suficiente para cobrir eventuais perdas desses créditos.

Estoques

São demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excedem o custo de reposição ou valor líquido de realização.

Ativo imobilizado e intangível

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4. CAIXA

	2018	2017
Caixa	360	415
Total	360	415

5. BANCO CONTA MOVIMENTO

	2018	2017
<u>Recursos livres:</u>		
Banco Bradesco c/c 10031-5	2.048	4.730
Banco Itaú c/c 19186-4	12.945	1.561
Banco Bradesco c/c 37841-0	3.911	1.102
Banco do Brasil c/c 95000-9	6.968	309
Total	25.872	7.702
<u>Recursos vinculados:</u>		
Banco do Brasil c/c 28695-8 Vinculado – Um	-	350.000
Banco do Brasil c/c 28775-X Vinculado - Dream	-	112.000
Total	-	462.000

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS – sem restrição

	2018	2017
Banco do Brasil - 95000-9 CDB-DI	81.672	15.012
Banco Bradesco S/A – fundos ag. 1661	33.525	-
Total	115.197	15.012

7. ADIANTAMENTOS

	2018	2017
Adiantamento de férias	9.036	6.089
Empréstimos a terceiros	-	7.265
TOTAL	9.036	13.354

8. OUTROS CRÉDITOS

	2018	2017
Cartão de crédito a receber	33.372	20.964
Convênio a receber	21	-
TOTAL	33.393	20.964

9. IMOBILIZADO

	Taxa anual deprec. %	2018		2017	
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Máquinas e equipamentos	10%	47.847	(13.113)	34.734	11.155
Moveis e utensílios	10%	60.378	(39.211)	21.167	7.990
Equipamentos de computação	20%	64.689	(27.276)	37.413	5.673
Equipamentos e aparelhos	20%	29.142	(5.047)	24.095	27.010
Instalações	10%	2.880	(324)	2.556	2.844
Benfeitorias	20%	22.542	(22.542)	-	-
Máquina e equip. - c/ restrição	10%	-	-	-	20.062
Instrumentos musicais	10%	56.991	(2.430)	54.561	13.450
Total		284.469	(109.943)	174.526	88.184

10. FORNECEDORES

	2018	2017
Fornecedores diversos	11.021	10.715
Total	11.021	10.715

11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

	2018	2017
Salários e pagar	-	-
INSS a recolher	534	1.898
FGTS a recolher	-	1.371
PIS folha	32	226
INSS s/ autônomo	-	424
Provisão de férias	18.732	15.070
INSS s/ férias	6.280	3.772
FGTS s/ férias	-	1.183
Total	25.578	23.944

12. RECURSOS DE PROJETOS E CONVÊNIOS A EXECUTAR

	2018	2017
Recursos de projetos		
Convênio a realizar	-	462.000
Total	-	462.000

13. RECEITAS DE PROJETOS SOCIAIS

	2018	2017
SEMEAR	103.146	76.596
Coletivo Coca-Cola	-	53.716
Jantar beneficente	-	45.190
Vida em movimento	51.397	-
Vida com vida	27.186	-
Vida nas letras	1.350	2.310
Assistência à família	-	4.684
Bazar beneficente	-	57.221
PDA sampa sul	-	120.027
Café do bem	103.148	62.528
Defesa do bem	24.055	-
Beleza do bem	3.468	1.505
Vida nas artes	17.798	18.919
Lance do bem	8.070	-
Dream orquestra e coral	950	-
Coletivo jovem	800	-
Outras receitas	-	68.045
Total	341.368	510.741

14. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões para contingências, quando ocorrem, são estabelecidas pela Administração da Entidade, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, por valores considerados nas estimativas de perdas.

Há três tipos principais de estimativas:

- (a) Provável - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer.
- (b) Possível - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, mas maior que remota.
- (c) Remota - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena.

Conforme a administração, não há processos contingentes, portanto, não houve necessidade de constituir provisão para cobrir eventuais perdas.

16. COBERTURA DE SEGUROS

Não há seguro patrimonial específico em nome da Entidade, pois o seguro foi feito pela igreja que é proprietária do prédio.

17. ISENÇÕES USUFRUÍDAS E RENÚNCIA FISCAL

	2018	2017
INSS cota patronal	-	-
INSS RAT	-	-
INSS terceiros	-	-
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	52.716	8.874
Contribuição Social sobre Lucros	18.978	3.195
ISS	78.795	59.285
PIS sobre receitas	10.243	7.707
COFINS sobre receitas	47.277	35.571
IPTU	-	-
IPVA	-	-
Impostos e contribuições com isenções específicas	11.394	5.262
Total	219.403	119.894